

ACTA Nº. 14

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTRONCAMENTO, REALIZADA EM 28-12-11

Aos vinte e oito dias do mês de dezembro do ano dois mil e onze, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal, sob a Presidência de **Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha**, Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Senhor **Fernando José Guia Barbosa** e pela Senhora **Fernanda Maria Figueiredo Rodrigues Rolo**, primeiro e segundo Secretários respetivamente. -----

Além daqueles que constituem a Mesa, estiveram ainda presentes os seguintes membros. -----

Em representação do **Partido Social Democrata**: -----

Rui Pedro Dias Gonçalves, Rui Vítor Pires Bragança, Maria João Gil Santos Grácio, José Miguel Filipe Baptista, Nuno Filipe Januário e Franco Horta, Sérgio Miguel Gil Nunes e Esperança Maria Micael Santos. -----

Em representação do **Partido Socialista**: -----

Manuel Mesquita Domingues, Célia de Jesus Nunes Leal Agostinho, Carlos Manuel Pires Rei Amaro e Jaime Manuel Palha Costa. -----

Em representação do **Bloco de Esquerda**: -----

Maria de Fátima Conde Búzio, Carla Sofia Roma de Oliveira e Luis Filipe Dias Grácio. -----

Em representação da **Coligação Democrática Unitária**: -----

António Silvino da Costa Ferreira e Mário Eugénio Filipe Duarte. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista** e em substituição deste, o substituto legal: -----

José Maria Lopes Terra. -----

Na qualidade de **Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima**: -----

Manuel Pereira Bilreiro. -----

Estiveram presentes pela **Câmara Municipal**, o Senhor Presidente Jaime Manuel Gonçalves Ramos e os Vereadores João Sebastião Coutinho Lima Canaverde, Kelly Patrícia Rodrigues Carvalho da Silva, Carlos Alexandre Zagalo Gouveia, Henrique da Cunha Pereira e Carlos Manuel Godinho Matias. -----

A Senhora **Presidente da Assembleia** declarou aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e cinco minutos, começando por dar posse ao elemento convocado para substituir o deputado que solicitou ausência por período inferior a trinta dias. -----

Deu posse a José Maria Laranjeira Campenhe, que substitui Carina Isabel Moura da Conceição Luis, do Partido Socialista. -----

Verificada a conformidade formal do processo eleitoral com a identidade do eleito e após a leitura da respetiva ata avulsa de instalação e do respetivo juramento por parte do novo membro, a senhora **Presidente da Assembleia** declarou-o investido nas funções. -----

Procedeu-se de seguida à votação da ata número treze. -----

VOTAÇÃO DA ACTA NÚMERO TREZE -----

A ata número treze realizada em vinte e seis de setembro de dois mil e onze, foi aprovada por maioria com dezanove votos a favor, sendo nove votos do Partido Social

Democrata, quatro votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e um voto do Presidente da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e três abstenções, sendo uma do Partido Social Democrata, uma do Partido Socialista, e outra do substituto da Presidente da Junta de Freguesia de São João Baptista, por não se encontrarem presentes na referida sessão. -----

Continuando a senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Antes de entrarmos no período de antes da ordem do dia, cabe-me dar-vos conta de que me chegou hoje mesmo um ofício do senhor Presidente da Câmara com a informação sobre a inspeção ordinária ao município do Entroncamento, especificamente o resultado do relatório principal da mesma inspeção. -----

Sobre este documento gostava de vos deixar alguma informação até porque foi matéria que foi algumas vezes abordada, durante algum tempo foi tida na confidencialidade a que a lei obriga mas, faz sentido, dar conhecimento aos senhores membros da Assembleia e à população em geral, aquilo que é o resultado desta inspeção. -----

Foi determinado pelo Inspetor Geral da Administração Local a realização da inspeção por ordem de serviço de 21 de julho de 2009 e a ação envolveu denúncias e queixas apresentadas incluindo também um pedido de colaboração com o Ministério Público. -----

Na introdução do relatório principal pode ler-se: “ No decurso da ação, quer os Excelentíssimos autarcas, quer o pessoal do município disponibilizaram-se a prestar toda a colaboração por nós solicitada fornecendo os elementos e prestando todos os esclarecimentos por nós pedidos.” -----

As conclusões do relatório principal foram objeto de contraditório por parte da Câmara Municipal e o parecer síntese que deu origem ao projeto de parecer final, confirmado pelo parecer final nº 100/2011 e subscrito pelo Inspetor-Geral da Administração Local, em que recaiu despacho de concordância do senhor Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa em 24 de outubro de 2011. -----

Foram recebidas cópias no município através do ofício nº 5015/2011, de 15 de dezembro, emitido pela IGAL do respetivo relatório. -----

Das conclusões dos pareceres deve referir-se: -----

“ Sobre o capítulo das denúncias, queixas e exposições. -----

Um primeiro ponto – Exposição apresentada à IGAL por Carlos Manuel Godinho Matias – Instalação de Estabelecimento de Bebidas, tipo Café/Bar, sito na rua 1º de Maio, nºs. 53 e 55, foi questionada a legalidade das autorizações de obras e de informação sobre viabilidade de instalação de um café/bar no estabelecimento identificado na rua 1º de Maio e eventual ligação do então Vereador Luis Filipe Mesquita Boavida ao mesmo e também incumprimento de um Plano de Pormenor da rua Dr. Fanhais. -----

Concluiu o parecer síntese que o então Vereador Luis Filipe Mesquita Boavida não tinha qualquer ligação contratual com o estabelecimento em causa, à data da realização de obras de alteração, e que não foi desencadeado qualquer processo expropriativo. -----

De igual modo, no que se refere ao funcionamento do estabelecimento foi confirmado que estavam cumpridos os requisitos e conclui-se pelo arquivamento dos autos. -----

Conclusão: -----

Por despacho de sua Excelência do Secretário de Estado da Administração Local e reforma Administrativa, determinou o arquivamento da queixa analisada. -----

Ponto 2 – Exposição apresentada à IGAL por José Matos relativamente à situação do funcionamento de um local de culto numa loja situada no rés-do-chão do prédio sito na Rua D. Afonso Henriques, nº 83 C – R/C Dtº - fração “J”. -----

Na exposição remetida à IGAL em 15 de junho de 2007, o exponente informou que tinha inaugurado na referida loja um alegado Centro de Ajuda Espiritual onde se realizavam cânticos, aclamações e outro tipo de atividades de âmbito religiosos extremamente ruidosos que afetavam de forma significativa a vida e habitabilidade do prédio onde essa loja está inserida.-----

Apresentado um pedido de alteração de comércio para serviços e dada a impossibilidade de o obter, terá levado a requerente a requerer a anulação do respetivo pedido. -----

Os serviços de fiscalização constatando que ainda se encontrava em funcionamento a atividade, elaboraram o Auto de Notícia de Contraordenação e instaurado o competente processo. -----

Durante a ação inspetiva que ocorreu em 2009, os serviços de fiscalização deslocaram-se novamente ao local tendo constatado que o estabelecimento estava a funcionar, tendo sido notificada a arguida da decisão relativa ao processo de contraordenação, aplicando a correspondente coima, tendo sido proferido despacho determinando a cessação da utilização da correspondente fração, no prazo de 24 horas. –

O relatório da Inspeção remetido em fevereiro de 2010 à Câmara Municipal. Concluiu, em face da aplicação da medida, já não se justificar a intervenção da IGAL propondo o arquivamento do processo, sendo que, em termos de conclusão o Senhor Secretário de Estado da Administração Local e Reforma Administrativa de 24 de outubro de 2011, determinou a notificação do Excelentíssimo Presidente da Câmara para no prazo de sessenta dias informar aquela Inspeção-Geral, de forma documentalmentemente suportada, se já foi reposta a legalidade urbanística no âmbito da queixa a que respeita o processo e após esta solicitação cumprida, se arquivem os autos.

Ponto 3 – Exposição apresentada à IGAL pelo Engenheiro João Manuel Marques Fernandes “ Eventuais procedimentos criminais” respeitantes à execução das empreitadas de: -----

- “ Muro da EDP” -----

- “ Bancada do campo de jogos do Bonito” -----

A exposição diz respeito a alegados procedimentos no âmbito da execução das empreitadas em título, nomeadamente falta de informação dos serviços relativamente às alterações realizadas. -----

Relativamente à empreitada do “Muro da EDP”, esta permitiu não só que se uniformizasse ao nível de reboco e pintura toda a zona superficial sem mais encargos para a Autarquia, como também permitiu a execução das zonas de transição muro/estrutura metálica sem mais encargos (trabalhos a mais) tendo a solução adotada sido tecnicamente mais vantajosa. -----

Atendendo ao conteúdo da exposição foram solicitados esclarecimentos ao Dirigente Responsável, os quais foram juntos ao respetivo processo. -----

O relatório da Inspeção apontou no sentido do arquivamento do presente processo bem como que fosse dado conhecimento do mesmo ao exponente, concluindo pelo arquivamento da queixa. -----

Ponto 4 – Exposição de Rui Matos Alves, na qualidade de Advogado da Sociedade Manuel Barroso Tavares, Lda, remetida à IGAL pela Inspeção Geral do Ambiente e Ordenamento do Território (IGAOT). -----

As questões suscitadas estão relacionadas com a elaboração de um Plano de Pormenor para a zona do Formigão, nomeadamente, reclassificação de solos e ainda a comercialização de lotes, através de sociedades do mesmo grupo económico com base num efetivo Plano de Pormenor, originaram que fosse solicitado no decorrer da ação inspetiva informação, a qual foi elaborada e entregue, bem como documentação complementar. -----

Foi constatado pela Inspeção o acompanhamento da CCDRLVT no processo do referido Plano de Pormenor, tendo sido entendido não se justificar a intervenção da IGAL quanto àquela matéria, sendo que, o despacho de conclusão determinou o arquivamento da queixa analisada. -----

Ponto 5 – Exposição/Denúncia remetida à IGAL pela Segurança Social referentes às condições do Centro de Convívio para a Terceira Idade. -----

No período em que decorreu a ação inspetiva, o Centro de Convívio da 3ª Idade tinha a sua atividade suspensa por estarem a decorrer obras de ampliação. -----

O Município reafirmou que com os trabalhos de ampliação/remodelação iriam ser cumpridas as normas técnicas do referido espaço. -----

Existiu igualmente o compromisso de que iria ainda adotar as medidas necessárias à integração social e bem-estar dos utentes daqueles serviços. -----

Foi entendido no relatório de Inspeção não se justificarem mais diligências por parte da IGAL, em conclusão, o Senhor Secretário de Estado determinou o arquivamento da queixa. -----

No que concerne ao pedido de colaboração à IGAL por parte do Ministério Público, há um primeiro item relativo a um pedido de informação prévia – Viabilidade de construção, requerida por João Esteves & António Esteves, Lda. -----

O Ministério Público solicitou que se esclarecesse qual o motivo do atraso da resposta ao pedido de Informação Prévia e que aponta no sentido do indeferimento. -----

Foi esclarecido que, em face de omissões e dúvidas que o processo apresentava foi sendo discutido tanto com o proprietário como o técnico, cuja entrega do último desenho ocorreu próximo da data da informação técnica que recaiu sobre o pedido de informação prévia. -----

Concluiu o relatório da Inspeção, confirmado pelo parecer de 2011 apesar de reconhecer que foram ultrapassados os prazos previstos no artigo 16º do Decreto-Lei nº 555/99, na redação dada pelo Decreto-Lei nº 177/2001, face ao conteúdo da informação técnica, estar esclarecido o motivo do decurso do tempo até à tomada de deliberação, sendo que o Senhor Secretário de Estado concordou com as conclusões do relatório da Inspeção, da resposta apresentada em contraditório com os pareceres e nomeadamente com o parecer final. -----

Ainda na colaboração com o Ministério Público. -----

Ponto 2 – Construção de Bloco Habitacional na Rua Dr. Fanhais – Pedido requerido por Manuel Simões Rodrigues – Processo de Obras nº 61/04. -----

Foi solicitado esclarecimento sobre o motivo que levou ao atraso na análise e decisão do projeto, tendo sido a IGAL informada que, durante aquele período, ocorreram reuniões com o representante do técnico, em virtude do projeto não cumprir com as normas em vigor, nomeadamente, número de lugares de estacionamento, acesso de viaturas ao edifício, alinhamentos e cumprimento do RGEU. -----

Conclui o relatório da Inspeção que não se conformando o projeto com o PDM ou com outras normas legais e regulamentares, haveria lugar ao projeto de decisão de indeferimento e consequente audiência dos interessados nos termos do artigo 100º e

seguintes do Código do Procedimento Administrativo, tendo o Senhor Secretário de Estado concordado com o relatório da Inspeção. -----

Ponto 3 – Construção de um Bloco Habitacional de 16 fogos na Rua Engenheiro João Neves de Noronha, pedido requerido por Construções Brazeta, Lda. -----

As dúvidas/questões suscitadas devem-se ao *modus faciendi* dos serviços em determinados processos, cujas propostas apresentadas não reúnem condições de aprovação, optando-se por reuniões com os interessados e/ou técnicos em detrimento dos procedimentos previstos no RGUE e CPA. -----

No caso concreto, durante o período entre a apresentação e decisão ocorreram não só várias reuniões com o Promotor, em virtude do projeto de obras apresentado não garantir a acessibilidade de viaturas aos edifícios confinantes, situação que tinha sido acordada com os condóminos, como também a apresentação de um projeto de alterações que apontou no sentido do deferimento, assim, o Senhor Secretário de Estado concordou com as conclusões do relatório. -----

Ponto 4 – Construção de um Bloco Habitacional sito na Rua Dr. Fanhais/Rua Rómulo de Carvalho, requerido pela Firma C.S.N. – Construções Lda. – Processo de Obras nº. 106/00. -----

O objetivo do pedido neste processo era apurar o motivo do tempo decorrido entre a entrega do processo de obras, o projeto de alterações do loteamento e respetivas decisões, razão justificada pelo facto da existência de várias reuniões com o representante do técnico durante aquele período, em virtude do projeto de obras apresentado não dar cumprimento ao estabelecido no respetivo Alvará de Loteamento, e, o projeto de alteração ao Alvará de Loteamento exceder o número de fogos permitido pelo PDM. -----

Tal facto originou a entrega de um novo projeto de alterações que mereceu aprovação. -----

Foi informada a IGAL, em sede de contraditório, que entretanto o Promotor deixou caducar a aprovação respeitante ao projeto de alteração ao Alvará de Loteamento, em virtude de não ter sido solicitada a respetiva emissão no prazo estipulado na legislação em vigor. -----

O Senhor Secretário de Estado determinou a notificação do Excelentíssimo Presidente da Câmara, para, no prazo de 60 dias informar aquela Inspeção-Geral, de forma documental suportada, se já se declarou a caducidade da alteração à licença da operação de loteamento titulada pelo Alvará de Loteamento nº 01/80. -----

Ponto 5 – Construção de um Bloco Habitacional sito na Rua Companhia Divisionária de Manutenção Militar/Rua José Relvas, pedido requerido pela Firma CANFOL – Construções Cíveis, Lda – Processo de Obras nº 113/05. -----

A análise do processo em apreço visou apurar se aquando do início da construção, o lote/parcela já pertencia na totalidade ao requerente. -----

Concluiu o relatório da Inspeção que, aquando do início da construção, o lote/parcela já pertencia na totalidade ao requerente e que, nada mais havia a esclarecer pela Autarquia, pelo que, o Senhor Secretário de Estado concordou com as conclusões do relatório. -----

Ponto 6 – Construção de um Bloco Habitacional sito na Rua Jacinto Marques Agostinho, pedido requerido pela Firma CANFOL – Construções Cíveis, Lda. – Processo de Obras nº 111/06. -----

Era suscitada a legalidade do “cálculo da área da parcela, antes e após a cedência de área para o domínio público. -----

Foram prestados pelo Município todos os esclarecimentos necessários à boa compreensão da questão suscitada, bem como remetidos documentos complementares, tendo a mesma sido considerada esclarecida. -----

Foi ainda confirmado pelo parecer síntese que não existe violação do nº 1 do artigo 34º do PDM, atento o carácter facultativo do critério constante daquela norma, tendo o Senhor Secretário de Estado concordado com as conclusões do relatório da Inspeção. -----

Ponto 7 – Alvará de Loteamento nº 05/2006 – Construção de um Edifício Comercial, sito na Rua da Caridade (Olival do Formigão/Vaginhas) pedido requerido pela Firma Manuel Barroso Tavares, Lda. -----

O objeto da análise deste licenciamento visou “apurar se o projeto aprovado e a construção edificada viola o respetivo PDM, uma vez que há notícia de que a área onde foi implantado se destina apenas a fins habitacionais.” -----

Concluiu o relatório da Inspeção que o licenciamento da operação de loteamento em questão, constituída por um lote destinado a comércio inserido em área urbana/zona habitacional de média densidade não violou o PDM, tendo em conta que nas áreas urbanas/habitacionais, outros usos podem ser permitidos, desde que compatíveis com o modelo de desenvolvimento urbano adotado, e ainda pelo facto do PDM do Entroncamento, para os Espaços Urbanos, e no interior dos quarteirões, prever no nº 1 do artigo 36º, a total utilização para comércio e serviços, nos edifícios novos, desde que cumpra os requisitos das alíneas a) e b), relativamente à frente do lote e estacionamento e infraestruturas, sendo assim, o Senhor Secretário de Estado no seu despacho de 24 de outubro, concordou com as conclusões do relatório da Inspeção. -----

Ponto 8 – Processo de Loteamento nº 04/2003 – Pedido requerido pela Firma TERRENA – Comercialização de Imóveis, Lda. -----

Pretendeu o Ministério Público que se apurasse “se a cedência de áreas para o domínio público foi efetuada conforme o RMUE”. -----

Foi o processo devidamente analisado tendo-se em sede de contraditório, elaborado a devida fundamentação sobre a opção adotada relativamente à compensação por áreas não cedidas ter sido formalizada através da construção de 2 campos de jogos (relvado e sintético) e balneários (compensação em espécie). -----

Concluiu o parecer síntese aceitar o entendimento contido na resposta às questões suscitadas no relatório da Inspeção atendendo a explicitação dos fundamentos considerados na adoção da decisão da Autarquia, relativamente às cedências do loteamento e sua compensação e espécie. -----

Concluiu igualmente o parecer síntese, que, o lote nº 45 do Alvará de Loteamento nº 01/2007, não abrange qualquer espaço integrado em REN, não tendo sido violado o PDM, pelo que não se justificam quaisquer outras diligências por parte da IGAL, e portanto, também aqui o Senhor Secretário de Estado concordou com as conclusões do relatório. -----

Ponto 9 – Regulamento para Concessão de Apoios a Entidades e Organismos. ----

Foi solicitado pela IGAL informação sobre a aprovação ao Regulamento para Concessão de Apoios a Entidades e Organismos e sobre a respetiva publicação. -----

Verifica-se que por deliberação tomada pela Câmara Municipal em reunião ordinária realizada em 05 de abril de 2010 e sessão da Assembleia Municipal de 28 de setembro de 2010, foi aprovado a alteração ao artigo 7º do Regulamento para Concessão de Apoios a Entidades e Organismos. -----

Ponto 10 – Recomendações -----

No Relatório Principal foram ainda formuladas recomendações, essencialmente, quanto a irregularidades apuradas nas áreas de “Fornecimentos”; “Gestão de Recursos Humanos”; “Concessão de Subsídios” e da “Urbanização e Edificação”. -----

Concluiu o Parecer Síntese nº. 69/2011 que os esclarecimentos prestados pela Câmara Municipal demonstram que foram encetadas diligências, nomeadamente ao nível de procedimentos administrativos, para acatamento das respetivas recomendações, sendo que o Parecer Final nº 100/2011 solicita que o Excelentíssimo Presidente da Câmara mantenha a IGAL informada sobre o acatamento das recomendações apresentadas no relatório da inspeção que, à data do contraditório, ainda não tinham sido adotadas pela Autarquia. -----

CONCLUSÃO -----

Demonstraram os Pareceres/Relatórios supra identificados que os Serviços do Município do Entroncamento, apesar da verificação de algumas irregularidades processuais detetadas, que não colocam em causa as normas legais e regulamentares aplicáveis, cumprem, claramente, quer nos procedimentos administrativos, quer na sua atuação, o preceituado na Lei.” -----

Cabe-me referir ainda que, para além da informação normal também a nós membros desta Assembleia cabe responsabilidade em matéria de fiscalização da atividade do município. -----

Congratulo-me com aquilo que é o resultado desta Inspeção Ordinária, estará disponível em termos do documento original para consulta por parte dos senhores membros da Assembleia Municipal. -----

Temos seis moções entradas, quatro do Bloco de Esquerda e duas do Partido Social Democrata, para as identificar chamava à moção A do Bloco de Esquerda sobre a A23 e A13, moção B à moção do Serviço Nacional de Saúde, moção C à moção da água, moção D à moção do trabalho, moção E sobre a A23 do Partido Social Democrata e moção F à moção sobre o Serviço Nacional de Saúde do Partido Social Democrata.” --

MOÇÃO A -----

Pouco tempo passado sobre a introdução de portagens na A23 na A13, os efeitos destas medidas já se fazem sentir. -----

No Entroncamento, em particular, são já evidentes as suas consequências diretas. Aumentou significativamente o trânsito no interior da cidade, provocando grande congestionamento nas horas de maior tráfego, com a presença constante de veículos pesados de mercadorias. Como era previsível, agravou-se a insegurança das pessoas e degrada-se acentuadamente o estado de conservação dos arruamentos, agora sobre utilizados.-----

O impacto ambiental é também elevado, com mais ruído e maior poluição resultante dos gases dos escapes. -----

Estes custos não podem ser ignorados na hora de fazer as contas ao preço das portagens. -----

Querem-nos fazer crer que este é um esforço imprescindível para ajudar o país a sair da situação difícil em que se encontra. Mas com o modelo atualmente negociado com as concessionárias a situação agrava-se ainda mais. -----

Os preços das portagens são violentos e totalmente desproporcionados quando comparados com os praticados com outras autoestradas do país. -----

Paradoxalmente, a A23, uma autoestrada que serve o interior menos desenvolvido, passou a ocupar o primeiro lugar no ranking das autoestradas mais caras do país. -----

A solução não passa por algumas medidas temporárias de descriminação positiva ou pelos descontos, recentemente anunciados para o transporte de mercadorias. -----

A solução passa pela não cobrança de portagens nestas estradas, que constituem um bem público coletivo, favorecendo a acessibilidade e assegurando a livre circulação de pessoas e bens. -----

O princípio do utilizador pagador não pode ser invocado quando não se verificam alternativas viáveis e seguras. A enorme sobrecarga de tráfego dentro do Entroncamento aí está, para o demonstrar. -----

Apesar de já se encontrar em curso a cobrança de portagens, alguns municípios vizinhos, assim como diversos movimentos de cidadãos, têm vindo a assumir publicamente posições firmes no seu combate, através da interposição de ações judiciais ou providencias cautelares para tentar terminar a cobrança de portagens ou reclamar a inconstitucionalidade do Decreto-lei que regula a respetiva cobrança. Mais recentemente, vêm denunciando a forma ilegal, opaca e dissimulada como decorreu o processo de introdução de portagens na A13. -----

Neste sentido, a Assembleia Municipal do Entroncamento: -----

- manifesta, mais uma vez, o seu repúdio em relação à cobrança de portagens da A23 e A13; -----

- recomenda à Câmara Municipal que tome uma posição contra as portagens e que se associe à posição já tomada por outros municípios afetados contra a cobrança de portagens nestas estradas. -----

Intervio **Carla Roma**: “ Depois de nos ter chegado a moção apresentada pelo Partido Social Democrata referente também à introdução das portagens na A23, há alguns aspetos que nós gostaríamos de ressaltar aqui uma vez que a nosso ver estas duas moções apesar de estas duas moções se debruçarem sobre o mesmo assunto, elas partem de premissas diferentes e defendem a nosso ver coisas substancialmente diferentes, nomeadamente no que diz respeito à questão do utilizador pagador, argumento que não serve para nós uma vez que não são só os utilizadores que vão pagar a utilização destas estradas, a fatura dos contribuintes não vai diminuir ao contrário daquilo que tem vindo a ser argumentado de que, este é um esforço necessário para resolver a situação a que o País chegou. -----

A informação que nos chega, é que não só a fatura dos contribuintes não vai diminuir com a introdução das portagens, como os custos para os contribuintes vão disparar em cerca de dez mil milhões de euros, ou seja, com isto nós queremos dizer que o estado vai pagar aos consórcios privados mais de dez mil milhões de euros nos próximos trinta anos. -----

Mais uma vez estamos perante uma negociação absolutamente ruinosa daquilo que são os negócios do Estado. -----

Neste sentido, nós gostaríamos também de salientar aqui que a moção do Partido Social Democrata, ignora por completo aquilo que foram os objetivos que estiveram por detrás da criação destas estradas, nomeadamente o crescimento económico da região a redução das assimetrias regionais, não nos podemos esquecer que as famílias e as empresas deslocaram-se para a região em determinada conjuntura, investiram aqui, organizaram aqui as suas vidas e neste momento as empresas têm de abandonar a região e as famílias só não abandonam porque não podem. -----

Neste sentido, nós gostaríamos de nos demarcar claramente da posição que é aqui apresentada pelo partido Social Democrata, que no fundo defende à mesma a introdução

de portagens, mas portagens mais baratas, aquilo que nós defendemos, é a revogação destas portagens de acordo com aquilo que apresentamos na nossa moção. -----

Consideramos que a Assembleia Municipal devia manifestar mais uma vez o seu repúdio em relação às portagens na A23 e A13 e devia inclusivamente recomendar à Câmara Municipal que tomasse uma posição relativamente a esta matéria à semelhança de municípios vizinhos e outros movimentos de cidadãos já o fizeram.” -----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “ Queria ler o artigo 81º da Constituição Portuguesa e que diz o seguinte: “*Compete ao Estado promover a coesão económica e social de todo o território nacional orientando o desenvolvimento no sentido de um crescimento equilibrado de todos os setores e regiões, eliminando progressivamente as diferenças económicas e sociais entre a cidade e o campo, entre o litoral e o interior.*” –

Portanto estas autoestradas tinham um objetivo fundamental, que era acabar com as diferenças que existiam entre o litoral e o interior em termos de desenvolvimento. ----

Ao aplicarmos taxas nestes troços e ao não criar alternativas, isto vai criar o contrário daquilo que se propunha os Itinerários Principais, vai criar mais diferenças entre o interior e o litoral. -----

Por outro lado, a questão que foi aqui colocada do princípio do utilizador pagador, o IP6 foi pago com fundos comunitários e fundos nacionais numa primeira fase, seguidamente em 2006 o governo do Partido Socialista decidiu agravar os impostos sobre os combustíveis e o imposto de circulação de veículos para fazer face às necessidades dos custos com as parcerias público/privadas, agora vamos meter pórticos nestes troços, o princípio do utilizador pagador é um grande roubo, está-se a pedir ao contribuinte três vezes a mesma coisa. -----

Em relação a esta moção queria esclarecer o seguinte: Em relação à A13 a aplicação das portagens tem a ver com a Lei do Partido Socialista de 2006 e essa concessão previa portagens, o governo entretanto, naquilo que estava a dizer ainda agora, aplicou mais impostos sobre combustíveis e circulação, para não aplicar logo as portagens nesses troços. -----

Estamos de acordo com a moção do Bloco de Esquerda na generalidade, embora com uma ressalva, é que não podemos olhar só para o nosso umbigo, não é só a A23, A24, A25, o troço entre a A1 e Abrantes ou outro troço qualquer, é uma questão de princípios que nós devemos aplicar aqui. -----

É uma questão que me preocupa muito, toda a zona raiana de Portugal, aquelas zonas mais do interior vão começar a fazer a sua vida em Espanha.” -----

Continuou **José Baptista**: “ Ao ler a moção do Bloco de Esquerda, nós neste momento sentimo-nos quase como filhos de mãe desamparados que foram deixados à deriva, arranjem-se para aí, nós fizemos a obra e vocês agora arranjem-se, pagam-na, façam o que quiserem. -----

Nós, além da Assembleia Municipal do Entroncamento, participamos todos na Assembleia Intermunicipal do Médio Tejo em que este tema já foi debatido e debatido, em que fomos à Assembleia da República e a todos os órgãos de soberania para discutir o assunto, o que nos foi sempre dito é que as portagens eram inevitáveis e a posição que nós mostrámos sempre, foi se são inevitáveis pelo menos digam-nos a razão que o nó entre a Videla e Abrantes não tem que ser portajado, o Engenheiro Paulo Santos teimou que tinha de ser e não havia mais nada a fazer. -----

A grande guerra que se põe em causa e que a CIMT se está a debater com ela e inclusive o Presidente da Câmara de Constância da CDU, neste momento sabe que é irreversível haver portagens na A23, neste momento a discussão é baixar os preços na A23. -----

Estamos aqui a ter uma discussão seca e vã, porque sabemos à posterior que ninguém vai tirar as portagens, nós todos juntos temos que exigir realmente que os preços sejam revistos.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ De facto fazia sentido e uma vez que o deputado José Baptista já introduziu a questão da moção E, que eventualmente pudéssemos aproveitar até para otimizarmos o tempo e fizéssemos a discussão conjunta dos dois documentos.” -----

Prosseguiu **Carla Roma:**” Respondendo ao deputado do PSD, discordo da sua intervenção, continuarei a insistir nas coisas em que acredito e portanto, continuaremos a defender as nossas posições sempre que considerarmos que vale a pena. -----

Queria referir aqui mais em pormenor, o impacto que já se faz sentir esta medida e creio que é visível para toda a gente que reside no Entroncamento, o aumento significativo do trânsito no interior da cidade, inclusivamente a circulação de veículos pesados de mercadorias, que passaram a fazer o seu percurso pelo interior da cidade, o que agrava a segurança das pessoas e com o tempo, degradar o estado de conservação dos arruamentos. -----

Gostaria também de realçar em termos de impacto ambiental, as consequências desta medida e todos estes custos que não podem de forma alguma ser ignorados na hora em que fazemos as contas ao preço das portagens.” -----

Seguidamente foi apresentada a moção E apresentada pelo Partido Social Democrata. -----

MOÇÃO E -----

Com a introdução de portagens na A23 a população do Entroncamento e aqueles que utilizam esta via são onerados com dois tipos de custos: o custo do troço concessionado às Scutvias e o custo do troço A1/Torres Novas – Mouriscas/Abrantes que não deveria ser portajado. -----

Cumpr-se a aplicação do princípio do utilizador-pagador no troço concessionado à Scutvias e impõe-se o pagamento à Estradas de Portugal S.A. dos custos dum troço que não faz parte da concessão e que jamais deverá ser portajado. -----

Os custos aplicados aos diversos troços da A23, que passaram a ser portajados no dia 8 de Dezembro, são os mais elevados no que respeita aos valores pagos nas Autoestradas Nacionais, em referência ao utilizador-pagador. -----

Também a A13 surge como uma nova Autoestrada com custos que muito penalizam as populações dos concelhos envolventes e que tal como acontece com a A23 em muitos troços não têm alternativas de circulação. -----

A Assembleia Municipal reunida em 28 de Dezembro de 2011, delibera: -----

- exigir do Governo que sejam revistos os custos imputados aos cidadãos que utilizam estas vias; -----

- recomendar ao Executivo que diligenciem no sentido de reversão das medidas que penalizam o bem-estar da população do concelho, pelas alterações na circulação na malha urbana, por um lado, e que onerem injustamente os cidadãos que têm necessidade de recorrer à utilização das vias referidas, por outro. -----

Interveio **José Baptista:** “ O PSD no princípio desta moção, no primeiro parágrafo, di-lo tal como sempre disse que é a favor do princípio do utilizador pagador, continuamos a afirmar que o troço entre Videla e Abrantes não deve ser concessionado porque não pertence à originária concessão, vai ter que ser portajada pela Estradas de Portugal. -----

Neste sentido e tendo noção dos custos que isto trás que onera a população do Entroncamento, aquilo que o PSD vem aqui trazer à liça é exatamente exigir do

Governo que sejam revistos os valores a ser portajados e alertar o município que diligencie no melhor sentido de que sejam minimizadas os problemas causados pelo maior elevado tráfego na nossa cidade. “-----

Pediu a palavra **António Ferreira**: “As moções não têm pontos de convergência, são totalmente diferentes uma da outra, a única coisa é a preocupação daquilo que está acontecer no Entroncamento em que o PSD propõe, não está muito claro, gostava até que nos esclarecessem, do município obter algumas compensações por aquilo que está acontecer. -----

A situação que estamos a viver no Entroncamento a algumas horas do dia é preocupante, com uma agravante aquela passagem de nível da linha do leste, que continua por resolver. -----

Nós não podemos ver as coisas só no nosso concelho, nós fazemos parte de uma realidade regional, sub-regional, regional do interior do País, com consequências enormes, neste momento há empresas com dificuldades na área da distribuição, empresas na área dos transportes com enormes dificuldades para sobreviverem e que se lhe acrescem portagens destas, de valores enormes, que se preveem que vão à falência e são milhares de postos de trabalho que estão em causa. -----

Preocupo-me sempre quando ouço este princípio do utilizador pagador, é que eu lembro-me do ar que respiro, será que daqui a uns tempos tenho que pagar esse ar que respiro? As empresas já são taxadas pelo ar que poluem, nós para podermos viver, um dia destes andarmos com um capacete na cabeça e um contador. -----

O princípio de utilizador pagador não pode ser absurdo, além disso, disse-o ainda agora e volto a repetir, nós já pagávamos anteriormente os nossos impostos, desde 2006 fomos agravados no imposto de circulação e fomos agravados no imposto sobre combustíveis, para fazer face aos compromissos com as parcerias público/privadas, que é uma questão que também devia ser revista. -----

Não acredito que não é irreversível esta situação, acredito que é reversível, daqui a uns tempos vamos ver que não há alternativa a esta via e vão ter que se tirar pórticos em muitos lados, só espero que a nossa zona como é uma zona com um poder de compra mais elevado isso não vá acontecer. -----

Há responsabilidades em termos das autarquias da força que foi feita perante o Poder Central e são responsáveis os nossos deputados da Assembleia da República quer do PS, PSD e CDS, que estiveram sempre a favor da introdução de portagens, o único deputado que votou contra a introdução de portagens foi o deputado do PCP no nosso distrito.” -----

Continuou **Carlos Amaro**: “Esta bancada do Partido Socialista vai votar como já votou outras moções anteriormente contra as portagens na A23 e A13, porque qualquer custo que possa estar associado à utilização destas vias, para o tecido empresarial, para os particulares nesta conjuntura económica é sempre caro, é sempre injusto. -----

Acreditamos que, se o Governo Socialista cometeu muitos erros, neste momento temos um Governo PSD/CDS que poderá efetivamente corrigi-lo e portanto não perco a esperança. -----

Achamos que a solução não é a sua redução, mas sim efetivamente a anulação.” –

Proseguiu **Rui Gonçalves**: “Em primeira instância falar e relembrar ao senhor deputado António Ferreira, que uma decisão conjunta da CIMT que há-de ser gerada por Presidentes de Câmaras da CIMT, nos quais se inclui um Presidente de Câmara da CDU vai lutar não contra as portagens, mas sim contra a aplicação escalabrosa destes preços de portagens que acho completamente irrealista, pagar 1,20 euros daqui à

portagem da A1 e pagarmos por exemplo da A1 até Fátima 1,60 euros. -----

Segundo, responder a esta última provocação da bancada do PS, é muito fácil falar quando não estamos lá, é mais difícil quando estamos lá, as asneiras estão feitas, alguém tem de as pagar, calhou-nos a nós.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Consta do Diário da Assembleia da República a posição que assumi sobre esta matéria, não a vou ler, mas se for entendido pelos senhores deputados, é público e pode ser consultado. -----

Quando se refere que apenas e é verdade, o senhor deputado António Filipe votou contra as portagens, não se diz que os deputados do distrito de Santarém do PSD assumiram aquilo que é a sua posição de há muito, nomeadamente no que respeita à A23, mas, obviamente cumpriram aquilo que são as normas do seu grupo parlamentar, como outros deputados o fazem, e bem recentemente tivemos prova disso em diversas situações nomeadamente na semana imediata ao Natal aquando da votação de alguns votos de pesar que me deixaram surpresa por um lado, por outro lado, deixem-me dizer-vos que lamento que caiba ao Governo atual, não só ser mau nalgumas matérias, mas também ter que corrigir os disparates dos outros. -----

Obviamente que o Governo atual vai cumprir aquilo que for possível cumprir, agora tal como tem vindo a acontecer nalgumas circunstâncias em sede parlamentar, algum sentido de responsabilidade sobre matérias que vêm do Governo anterior e de solidariedade também, nomeadamente no que concerne a decisões que são impostas por um período que não foi decididamente da responsabilidade do PSD mas que o PSD assumiu e que a atual liderança do PS tem tentado cumprir, apenas estranhar que nesta matéria a posição aqui seja substancialmente diferente daquela que tem acontecido em sede de São Bento. -----

Passando à votação, vou colocar a moção A do Bloco de Esquerda à votação.” ---

VOTAÇÃO DA MOÇÃO A -----

A moção A apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi rejeitada por maioria, com doze votos contra, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e dez votos a favor, sendo cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

Passou-se de seguida à votação da moção E apresentada pelo Partido Social Democrata. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO E -----

A moção E apresentada pelo Partido Social Democrata, foi aprovada por maioria com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia, cinco votos contra, sendo três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária e cinco abstenções do Partido Socialista. -----

António Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto “ Não acreditamos nas boas intenções do PSD em relação à alteração dos valores especificamente para a A23, os valores que estão a vigorar na A23, estão a vigorar aqui e em todas as outras autoestradas, o princípio de cálculo é o mesmo.” -----

Referiu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ O artigo oitavo do Decreto-Lei número cento e onze, de dois mil e onze, prevê exatamente o recálculo dos custos das portagens, estabelece as normas para alteração ou atualização das tarifas das portagens e portanto, não é um processo fechado” -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “ Só para dizer ao senhor deputado António Ferreira que acreditamos em coisas diferentes, o senhor acredita que não há revisão nas portagens, nós acreditamos. -----

Também fico contente por saber que dentro do PCP também há debate interno e há uma discussão viva, porque o seu colega da Câmara de Constância acredita que vai haver revisão dos valores e o senhor deputado não acredita.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Relativamente às moções sobre o sistema nacional de saúde, estão também dois documentos, um do Bloco de Esquerda, e outro do Partido Social Democrata e portanto, sugeria que pudessem ser discutidos juntamente. -----

MOÇÃO B -----

A Portaria nº306-A/2011, recentemente publicada, aumentou drasticamente as taxas moderadoras a aplicar aos utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS), a partir do próximo dia 1 de Janeiro.-----

Uma consulta de medicina geral e familiar, no Centro de Saúde, passará de 2,25 para 5 euros, um aumento superior a 120%. Se a consulta for num domicílio, a taxa passará de 4,80 para 10 euros. -----

A simples renovação do receituário, sem a presença do utente, custará 3 euros. Às consultas de enfermagem, apesar da prescrição médica, passarão a ser aplicadas taxas de 4 euros, se tiverem lugar no Centro de Saúde, e 5 euros, se ocorrerem no hospital. -----

O atendimento numa urgência, como a do Hospital de Torres Novas, passará de 8,60 para 15 euros. Além disto, passarão a ser pagos todos os exames e meios auxiliares de diagnósticos aí prescritos pelos médicos, até ao máximo de 50 euros. -----

Estes exemplos ilustram a injustiça e a brutalidade destes aumentos das taxas, ao arrepio do disposto constitucionalmente, que garante um Serviço Nacional de Saúde tendencialmente gratuito. -----

Trata-se de um verdadeiro cofinanciamento do SNS que, de facto, afastará muitos cidadãos e cidadãs de mais fracos recursos dos cuidados de saúde de que precisam e a que têm direito. -----

Segundo o governo, as taxas moderadoras aumentarão em média 100%. Mas o próprio governo prevê um aumento global de 150% nas receitas das taxas. Este facto mostra a falsidade do apregoado aumento de isenções que, supostamente, assegurarão a todos a prestação de cuidados de saúde. -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento não pode ignorar este ataque à saúde e aos rendimentos dos munícipes do concelho, compreendendo a luta dos utentes pelo direito à saúde. -----

Nesta conformidade a Assembleia Municipal do Entroncamento, decide: -----

1. Repudiar os recentes aumentos das taxas moderadoras e apela á sua revogação; -----
2. Dar conhecimento desta decisão ao Ministério da Saúde. -----

Interveio **Carla Roma**: “ A moção pretende apresentar a nossa indignação relativamente à Portaria número 306-A/2011 e que vem apresentar os valores das taxas moderadoras que serão aplicadas ao serviço nacional de saúde, já a partir do próximo dia um de janeiro, que fala de coisas tão concretas como uma consulta de medicina geral e familiar no centro de saúde, passar de 2,25 euros para 5,00 euros, estamos a falar de um aumento superior a 120%. -----

Estamos a falar de o atendimento numa urgência como a do Hospital de Torres Novas, que passará de 8,60 euros para 15 euros, para além dos custos com todos os exames complementares de diagnóstico que estarão associados e podem ascender a uma fatura total de 50 euros à saída da urgência. -----

Estes exemplos ilustram a injustiça e a brutalidade dos aumentos das taxas, ao arrepio do disposto na nossa Constituição, que garante um serviço nacional de saúde tendencialmente gratuito. -----

Aquilo que esta Portaria fala é de um verdadeiro cofinanciamento do serviço nacional de saúde que, de facto, vai afastar muitos cidadãos e cidadãs de mais fracos recursos dos cuidados de saúde de que precisam e que têm direito. -----

Segundo o Governo, as taxas moderadoras vão aumentar em média 100%. Mas o próprio Governo prevê um aumento global de 150% nas receitas das taxas. -----

Este facto vem mostrar a falsidade do argumento que tem sido utilizado do aumento das isenções que, supostamente vai assegurar a todos a prestação de cuidados de saúde. -----

No nosso entender a Assembleia Municipal do Entroncamento não pode ignorar este ataque à saúde e aos rendimentos dos munícipes do concelho, compreendendo a luta dos utentes à saúde. -----

Nesta conformidade a Assembleia Municipal tem de repudiar os recentes aumentos das taxas moderadoras e apelar à sua revogação e tem de dar conhecimento desta decisão ao Ministério da Saúde. -----

Pegando na moção do PSD, mais uma vez consideramos que estas duas moções defendem coisas completamente opostas, nomeadamente no terceiro parágrafo da moção do PSD, quando fala na salvaguarda do acesso à saúde todos os cidadãos através das isenções que já estão definidas ou pela análise de situações que determinam o atendimento sem custos de utentes que não possam, pontualmente, suportar os custos, nós gostaríamos de saber o que é que isto quer dizer, quando falamos das isenções já definidas, nós sabemos que as isenções atuais e não nos venham falar do aumento das isenções, porque esse argumento não serve, mas de facto, quando se fala nas isenções já definidas estamos a falar de quê, de pessoas que ganham pouco mais do que o salário mínimo, que não têm doença crónica, automaticamente reúnem condições para pagar estas taxas e depois quando falamos de situações que não possam pontualmente suportar com os custos com o acesso à saúde. -----

Não nos podemos esquecer que estes aumentos nas taxas moderadoras, vêm-se a somar-se aos aumentos nos medicamentos, aos cortes nas comparticipações, aos cortes no apoio aos transportes de doentes, ao encerramento de serviços, mesmo sem o aumento das taxas moderadoras, nós temos já pessoas que fazem as contas antes de recorrerem ao hospital para saberem se têm dinheiro. -----

As isenções atuais como estão postas não respondem às necessidades reais da população. -----

Esta argumentação que aqui é utilizada e desta avaliação pontual das situações das pessoas, parece-nos um bocadinho perigosa e a roçar de facto o assistencialismo. -----

Consideramos que estas medidas são um atropelo à nossa Constituição e que aquilo que o atual Ministro da Saúde pretende e está a fazer, é transformar um direito num negócio, não nos revemos com esta posição e consideramos que esta situação tem que ser denunciada e portanto, de forma alguma nos revemos na moção do PSD.” -----

Continuou **José Baptista**: “ Vou apresentar a moção F e não comentar a moção B -----

MOCÃO F -----

O Serviço Nacional de Saúde é um bem que importa salvaguardar, respeitando o Direito Universal à Saúde de todos os cidadãos. -----

As alterações resultantes da Portaria 306-A/2011, alteram os valores das comparticipações, nas consultas de Medicina Geral e Familiar, tal como nas Urgências e em exames médicos resultado do atendimento, no limite máximo de 50€. ----- Assim, a Assembleia Municipal do Entroncamento reunida aos 28 dias de Dezembro de 2011, manifesta a sua preocupação e reitera a necessidade de salvaguardar o acesso à saúde de todos os cidadãos quer através das isenções já definidas, quer pela análise de situações que determinam o atendimento sem custos de utentes que não possam, pontualmente, suportar os custos com o acesso à Saúde.----- Deve esta moção ser remetida a Sua Excelência o Senhor Ministro da Saúde; ao ACES Serra D'Aire; ao Centro Hospitalar do Médio Tejo; e à Câmara Municipal do Entroncamento.-----

O que o PSD trás aqui à discussão são exatamente as questões resultantes da Portaria 306-A/2011, que alteram os valores das comparticipações nas consultas de medicina geral e familiar e as taxas de urgência. -----

Seria interessante que esta Assembleia ao discutir este assunto e não o faça de mente pequenina e a pensar qual é que é o ponto mais sensível em que nós vamos tocar para tentar fazer a situação mais constrangedora possível para se conseguir boicotar os outros. -----

O senhor Engenheiro Luis Grácio pode-lhe dizer, há duas semanas estivemos juntos numa reunião na Assembleia da República sobre o acesso aos cuidados de saúde do Médio Tejo, o que é que nos disseram todos os Grupos Parlamentares e acho que nenhum deles tem a noção se o serviço nacional de saúde pode continuar a sustentabilidade insustentável que tem tido até hoje. -----

Muitos dos doentes vão ao hospital porque não vão ao centro de saúde. -----

Acho que há muitas pessoas que tem que ter isenção, não tenho dúvida nenhuma, mas também há gente que não merece ter isenção, se temos que ser justos, vamos tratar o que é igual e diferente o que é diferente e se uma pessoa pode pagar mais, tem que pagar mais, se uma pessoa pode pagar menos, tem que pagar menos. -----

O Partido Socialista sabe que há responsabilidades nesta área e se vai dizer que não, é porque está a por para trás todo o trabalho de seis anos que fizeram. -----

A moção do PSD diz que manifesta a preocupação e reiterar a necessidade de salvaguarda do acesso à saúde de todos os cidadãos quer através das isenções já definidas, quer pela análise de situações que determinam o atendimento sem custos de utentes que não possam, pontualmente, suportar os custos com o acesso à saúde.”-----

Prosseguiu **Carlos Amaro**: “Agrada-me esta atitude responsável da bancada do PSD, que assim demonstra a sua preocupação com o que é a segurança social, a saúde, até temos visto anteriormente aquelas que são as diretivas de São Bento. -----

Não é só o Partido Socialista do Entroncamento que muitas vezes, como aqui foi referido, vota contra aquilo que é a responsabilidade no nosso Parlamento. -----

Agrada-me ver esta atitude mas não chega, não aumentaram só as consultas nos hospitais, aumentaram todas as taxas nos cuidados de saúde, é verdade que muitas pessoas recorrem aos hospitais sem uma verdadeira necessidade, mas efetivamente mesmo essas pessoas quando se deslocam ao centro de saúde vão pagar mais. -----

Isto não é o acesso à saúde tendencialmente gratuito, isto é favorecer a saúde privada contra a qual o Partido Socialista sempre se debateu. -----

Portanto, nós vamos votar contra a moção do PSD e a favor da moção do Bloco de Esquerda.” -----

Referiu **António Ferreira**: “Sobre a moção do Bloco de Esquerda ela caracteriza bem aquilo que se está passar com as taxas moderadoras, que aumentam mais de duas

vezes aquilo que são neste momento e o que é que eram as taxas moderadoras, era um pagamento para moderar o acesso aos sistemas de saúde sempre contestado por nós e até dizíamos que isto era a porta aberta para que as coisas se agravassem de futuro e é aquilo que estamos a ver com estas taxas moderadoras do PSD, que de um momento para o outro, aumentam mais de duzentos por cento. -----

Uma pessoa que precise durante um período de fazer tratamento todos os dias, o que está na Portaria do PSD, esse utente vai ter que pagar diariamente a mudança do penso e se tiver que utilizar os serviços durante quinze dias, são sessenta euros. -----

Os custos da medicina sempre foram elevados, vão ser cada vez mais elevados. –

Lembro-me de um estudo que foi feito nos Estados Unidos em que as grandes empresas de construção automóvel exigem do Estado um sistema de saúde parecido com o nosso, universal, e é aquilo que o PSD e PS e estão os dois no mesmo barco, isto vai de encontro às exigências da Troika e do Memorando a Troika nacional também assinou isto, portanto, estar a sacudir água do capote é muito fácil. -----

Em relação à moção do PSD, o terceiro parágrafo vai de encontro ao que o PS dizia aqui, a preocupação do PSD neste momento é que haja um sistema para pobres e indigentes e um sistema para ricos que possam pagar, um sistema para negócio e um sistema que é inviável para o negócio. -----

Em relação às comparticipações preveem-se alterações profundas, aos diabéticos, às doenças crónicas, acabam muitas comparticipações que existem atualmente, aliás, isto é para implementar a partir de um de abril de dois mil e doze, até os próprios códigos vão ser alterados, não se sabe muito bem aonde é que isto vai parar e quem é que fica com comparticipações. -----

As pessoas vão aos hospitais como foram sempre, mas agora com mais frequência porque não têm resposta nos centros de saúde. -----

Em relação às urgências do Centro Hospitalar do Médio Tejo com aquilo que se prevê da concentração nas urgências médico-cirúrgicas em Abrantes é mais um custo para os utentes a deslocação, não só pelos transportes, mas também pela A23 que tem de ser paga.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia** colocou as moções à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO B -----

A moção B apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi rejeitada por maioria com doze votos contra, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e dez votos a favor, sendo cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO F -----

A moção F apresentada pelo Partido Social Democrata, foi aprovada por maioria com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e dez votos contra, sendo cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

Seguidamente o Bloco de Esquerda apresentou as duas moções C e D. -----

MOÇÃO C -----

(Recomendação sobre o aumento do abastecimento de água, de águas residuais e resíduos sólidos). -----

Considerando que: -----

1. O executivo autárquico decidiu-se recentemente pelo aumento do preço dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e de recolha resíduos sólidos; -----
2. Os aumentos em causa assumem valores demasiado penalizadores para as famílias do Entroncamento, suscitados quer pelo grande aumento da tarifa de disponibilidade quer pela alteração dos escalões de tarificação, quer ainda pelo aumento do preço por m³; -----
3. As subidas de preços, da fatura agregada, atingem valores verdadeiramente inaceitáveis, que chegam a grandezas da ordem de mais 60% no escalão mais baixo de consumo; -----
4. Os aumentos aprovados vão onerar sobretudo os pequenos consumidores, com cerca de 80% dos munícipes do Entroncamento a ver os seus encargos com o abastecimento de água, saneamento de águas residuais e recolha de resíduos sólidos aumentar mais de 50%; ---

A Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em sessão ordinária em 28 de Dezembro de 2011, recomenda ao executivo autárquico, que: -----

1. Reanalise as alterações ao tarifário do abastecimento de águas, saneamento de águas residuais e recolha dos resíduos sólidos;
2. Elaborar um plano de ajustamento da mudança de tarifário, justo, equilibrado e ajustado à realidade atual da vida dos munícipes do Entroncamento. -----
3. Procure melhorar os níveis de eficiência e eficácia operacional e, desta forma, diligenciar a redução de custos diretos e indiretos, entre outros aspetos quanto à dimensão das perdas de água; --

Referiu **Luis Grácio**: “ É do conhecimento que o executivo autárquico decidiu fazer alterações nas tarifas da água, na recolha de resíduos sólidos e no saneamento de águas residuais, são aumentos de certa forma muito significativos que advêm de algumas alterações na operacionalidade que ocorreram nalguns destes serviços, nomeadamente no tratamento de águas residuais que estão a ser explorados pelas Águas do Centro e que no nosso entendimento não deveriam ter tido estas alterações tão gravosas para a população do Entroncamento. -----

Entendemos que devíamos propor à Assembleia Municipal que faça uma recomendação ao Executivo no sentido de reanalisar estas tarifas, de que elas obedeçam também a um plano de ajustamento diferente, mais equilibrado, que se adegue à realidade que hoje vivemos e que no plano de vista da eficiência e da eficácia operacional dos diversos serviços se façam tentativas de melhoramentos que façam a redução de custos diretos e indiretos e que por essa via se consiga evitar um aumento tão significativo. -----

MOÇÃO D -----

PELA DIGNIDADE DO TRABALHO -----

Teremos que recuar muito no tempo para nos situarmos no início da luta dos trabalhadores pela jornada de trabalho de oito horas, que mais que uma conquista laboral foi uma vitória civilizacional, cujos pioneiros foram os trabalhadores de Chicago. Em Portugal nos meses de Abril-Maio de 1962 os operários agrícolas lançam um amplo movimento grevista (principalmente nos campos do Sul e parte do Ribatejo), para terminar com a jornada de trabalho de “sol-a-sol” que vigorava nos campos. A reivindicação de oito horas de trabalho, oito horas de descanso e oito horas de cultura e lazer, foi finalmente alcançada. -----

Não se pense que o horário de oito horas de trabalho foi uma conceção dos agrários ou do governo, resultante de qualquer processo negocial de pequenos e sucessivos avanços, bem pelo contrário, resultou da massiva mobilização dos trabalhadores agrícolas, que com a sua forte adesão “decretaram” a aplicação imediata e irreversível do horário de oito horas de trabalho. Estava dado o primeiro passo. -----

Somente em 1996, o Parlamento português aprovou a Lei 21/96, que universalizou o horário de oito horas de trabalho diário (excecionando os AE e ACT mais favoráveis). -- O aumento do horário diário de trabalho, recentemente decidido pelo governo, com o argumento do aumento da competitividade das empresas portuguesas (a qual só aumenta pelo facto de se tratar de trabalho não remunerado), é todavia refutado pela generalidade dos parceiros sociais, e terá eventualmente algum significado nos setores de trabalho intensivo com o reverso deveras negativo da diminuição das necessidades de mão-de-obra e consequentemente num aumento do desemprego. -----

Estão abertas as portas para que os trabalhadores tenham que vir a trabalhar aos feriados e ou ao fim-de-semana. -----

A Assembleia Municipal do Entroncamento, reunida em 28 de Dezembro de 2011, manifesta o seu repúdio por esta decisão do Governo e decide dar conhecimento, desta sua decisão: -----

Ao Governo, à Assembleia da Republica e aos Partidos nela representados, às Associações Sindicais (Sindicatos e Confederações Sindicais). -----

Sobre a moção D, é do conhecimento geral que o governo apresentou uma proposta à Assembleia da República no sentido de aumentar o horário diário do trabalho, nós entendemos que esta questão não deve ser deixada em claro porque de facto é uma indignidade o que se está a fazer relativamente à questão do horário de trabalho. -----

O horário de trabalho em todo o mundo foi uma das grandes motivações da luta dos trabalhadores, basta dizer que o 1º de maio é celebrado em memória dos trabalhadores que lutaram pela jornada de oito horas e nós agora estamos a fazer um retrocesso civilizacional no sentido a que estamos a propor que os trabalhadores portugueses façam mais horas do que aquelas que estavam até agora aprovadas em lei. --

A luta em Portugal foi uma luta bastante prolongada, começou ainda no tempo do fascismo, nomeadamente o exemplo que aqui é trazido nesta moção dos trabalhadores agrícolas que trabalhavam de “sol-a-sol” e que em sessenta e dois pela sua luta e unidade, conseguiram impor a jornada de trabalho de oito horas e que também, relativamente ao conjunto dos trabalhadores portugueses, só em noventa e seis com a Lei 21/96, se universalizou o horário de trabalho de oito horas. -----

Entendemos que a Assembleia Municipal do Entroncamento devia também manifestar o seu desagrado e repúdio por esta decisão do governo.” -----

José Baptista referiu: “ Quanto à moção D, carece-me dizer que o Partido Social Democrata votará contra ela, esta não é uma exigência feita a nenhuma entidade empregadora é sim uma recomendação, uma opção para que as entidades o possam fazer e portanto, nós recusamos esta moção. -----

Quanto à moção C, no que se refere ao aumento do preço da água, nós temos que desmistificar a situação e torna-la clara, nós até agora pagávamos na fatura da água o abastecimento da água e neste momento vamos passar a pagar o abastecimento da água, as águas residuais e os resíduos sólidos que até este momento eram tarifas que não existiam na fatura, ou seja, era o município que tinha o ónus de cobrir a sua despesa. ---

Quando se fala em aumento, se calhar estamos a falar de atualização e quando nós temos estes preços, estamos a falar de tudo junto. -----

No primeiro escalão que vai de 0 a 5 m³, o que se pagava era 7,28 euros e o que se passa a pagar são 11,68 euros, é preciso ter em atenção de que o executivo municipal alertado para esta situação decidiu isentar a tarifa fixa e a variável a todos os utentes do cartão municipal do idoso tipo B, a todos os utentes do Entroncamento solidário e às famílias de baixo rendimento. -----

No segundo escalão que vai de 5 a 10m³, passam de 13,65 euros para 20,75 euros, como podem ver o aumento não é assim tão grande. -----

No terceiro escalão que vai de 10 a 15m³, o aumento é menos do que no segundo escalão, como é fácil de comprovar. -----

Nas recomendações que o Bloco de Esquerda nos faz a esta moção, pede-nos para reanalisar as alterações ao tarifário, o que o executivo está a fazer, parece-me, salvo melhor esclarecimento do senhor Presidente, é cumprir o artigo 16º nº 1 da Lei das Finanças Locais, em que se diz claramente que os preços não devem ser inferiores aos custos, e o que se está aqui a fazer, é colocar na fatura um preço real do custo do serviço que é prestado à população.” -----

Continuou **António Ferreira**: “ Em relação à moção do Bloco de Esquerda sobre o aumento do abastecimento de água, águas residuais e resíduos sólidos, nós vamo-nos pronunciar aquando da análise do orçamento. -----

Quanto à moção dos trabalhadores, essa é que nos preocupa mais neste momento, acompanhamos o desenvolvimento histórico da moção do Bloco de Esquerda, acompanhamos a sua preocupação, mas queríamos dizer que essas questões do ataque aos trabalhadores e aos direitos dos trabalhadores, também passam para dentro da Câmara Municipal e um dos documentos que vêm na opção gestionária é disso exemplo, o orçamento do estado para este ano, impede alterações de posicionamento de renumeração, progressões, promoções, nomeações, graduações em categoria à detida, prevê também o corte na atribuição do prémio de desempenho e outras prestações pecuniárias. -----

Portanto isto é também um ataque muito importante aos trabalhadores e muito importante mais em concreto, aos trabalhadores dos municípios. -----

Por outro lado, também nos preocupa aquilo que está previsto, que é a extinção de postos de trabalho e por outro lado a extinção das Juntas de Freguesias que vai pôr em causa postos de trabalho, para além dos cortes no 13º mês e no 14º mês, que ninguém fala disso.” -----

Prosseguiu **Carlos Amaro**: “ Senhor deputado José Baptista diga-me uma coisa, nós temos governo? Será que são tudo imposições da Troika? Parece-me efetivamente que não temos governo. -----

Relativamente à moção apresentada pelo Bloco de Esquerda relativamente ao aumento da água, diga-me se acha justo um aumento de 60% no primeiro escalão, 52% no segundo escalão, imagine-se todos os produtos consumidos tivessem esta variação, será que também votava a favor ou votava contra? -----

Esta bancada vai votar a favor desta duas moções. “-----

Pediu a palavra **Luis Grácio**: “ Era só para alguns esclarecimentos sobre algumas afirmações que foram aqui produzidas na discussão destas duas moções. -----

Relativamente à questão da moção da água, convém lembrar o senhor deputado do PSD, nós pagamos na fatura da água atualmente o saneamento e os resíduos sólidos urbanos, os valores são é inferiores mas nós estamos a pagá-los. -----

De facto os escalões foram alterados e isso tem influência no preço final da fatura, porque nós até há pouco tempo, ao contrário do que disse, não era de 0 a 15m3, era de 0 a 10m3 e ele passa a ser de 0 a 5m3. -----

Há alterações significativas e é nesse sentido que nós fazemos esta proposta, que ela seja reanalisada e repensada. -----

O artigo 16º da Lei das Finanças Locais de facto refere que os custos diretos e indiretos devem refletir-se no custo final, o que significa que eles podem de imediato não se refletir. -----

Há autarquias nomeadamente a do Sardoal que é do PSD, que não faz refletir, é uma decisão política e provavelmente fundamentada e equilibrada, o que nós estamos a aqui a sugerir é que seja feita uma reanálise destas alterações. -----

Relativamente à questão da moção sobre as oito horas de trabalho diário, não vem na moção, mas faço lembrar da luta dos trabalhadores do comércio os caixeiros, pela semana-inglesa que era não trabalhar ao sábado de tarde, foram anos de luta, prisões, perseguições e isso é andar para trás, impor aos trabalhadores um horário de trabalho pelo qual lutaram, sacrificaram-se de uma forma arbitrária como está a acontecer, é um atraso civilizacional, quer se queira quer não.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora **Presidente da Assembleia** colocou as duas moções à votação. -----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO C -----

A moção C apresentada pelo Bloco de Esquerda, acerca da recomendação sobre o aumento do abastecimento de água, de águas residuais e resíduos sólidos, foi rejeitada por maioria com doze votos contra, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e dez votos a favor, sendo cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária.-----

VOTAÇÃO DA MOÇÃO D -----

A moção D apresentada pelo Bloco de Esquerda, acerca da dignidade do trabalho, foi rejeitada por maioria com doze votos contra, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e dez votos a favor, sendo cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

Pediu a palavra **José Baptista**: “ É uma declaração da bancada que achamos deve ser feita ao senhor Presidente da Câmara. -----

Em primeiro lugar, em nome da bancada do PSD dar as boas vindas à Doutora Kelly Silva, nova vereadora deste município, desejar-lhe a maior boa sorte no exercício das suas funções. -----

Em segundo lugar, solicitar ao senhor Presidente o seguinte esclarecimento: -----

É rumor tido na nossa cidade de que se deslocarão para o nosso concelho e que serão realojados em habitações pertencentes ao município, diversas famílias provenientes de diversas cidades do nosso país, algumas das quais segundo se diz, serão famílias de origem de etnia cigana. -----

Queremos portanto, que o senhor Presidente assim que possível, esclareça a referida situação para que a conversa que tem havido seja de uma vez por todas esclarecida com as palavras do senhor Presidente.” -----

Passou-se de imediato ao período de intervenção do público. -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Pediu a palavra **Luis Manuel Antunes**: “ Era apenas uma sugestão diretamente a si senhora Presidente da Assembleia que conduz estes trabalhos. -----

Aquando da discussão das moções que aqui foram apresentadas, o público como eu estive aqui presente e teve a oportunidade de ouvir, fica completamente arredado dos assuntos em discussão, ou seja, entendo perfeitamente que para ganhar tempo não se faça a leitura integral das moções, mas por outro lado, aqueles que estão aqui presentes ficam completamente à margem do que se está a discutir. -----

Em resumo, sugiro que em termos de futuro se assim o entenderem, que se faça a leitura das moções para quem assiste possa também fazer os seus juízos na íntegra.” ----

Respondeu a senhora **Presidente da Assembleia**: “ É uma forma de agilizar os trabalhos uma vez que os documentos são distribuídos a todos os membros previamente, nomeadamente em formato digital. -----

A maior parte dos documentos já não são impressos, outras vezes quando pela urgência, ou pela entrega mais tardia ainda se fazem cópias para que todas as pessoas tenham acesso aos documentos. -----

Eventualmente pode haver uma solução futura que não passe pela leitura e passe pela projeção num destes monitores dos documentos que estejam a ser analisados. -----

De qualquer modo em situações futuras em termos de sede de comissão permanente, abordaremos esta matéria e procuraremos encontrar uma solução que não prejudique os trabalhos, mas que também vá ao encontro das necessidades e da vontade do público.” -----

Continuou **João Lérias**: “ Procurando não falar obviamente sobre assuntos que estejam na ordem dos trabalhos, mas é de facto pegando num dos aspetos que está na ordem dos trabalhos e que vai ser hoje aprovado, a questão da taxação à superfície que me leva a ter esta intervenção. -----

Esse é um princípio de um começo de muita coisa que pode acontecer no centro da cidade, a minha intervenção tem a ver com o centro do Entroncamento e a morte que está a ser feita ao centro, já disse isto anteriormente nesta Assembleia e é por pequenos passos e pequenas situações que nós vamos verificando que isso acontece, a taxação à superfície é um pequeno exemplo, mas é um começo. -----

Mas vêm outros aspetos e outras situações que vão acabando com a vida no centro da cidade, vejamos do ponto de vista comercial, aquilo que o Entroncamento foi no passado e aquilo que o Entroncamento é agora. -----

Por outro lado, aquilo que o município tem feito para tentar ajudar nalgumas conquistas em termos comerciais, porque as cidades desenvolvem-se quando não têm outros polos de desenvolvimento, ou não têm grandes atrativos do ponto de vista natural ou histórico, desenvolvem-se à volta daquilo que é a realidade comercial das cidades. –

Neste momento o que existe no Entroncamento a nível comercial é o aluga-se, o arrenda-se, a liquidação total, acho que o centro da cidade está de facto em liquidação total, já não está em saldos, porque a política que tem sido seguida pela Câmara Municipal e é a minha simples apreciação, obviamente poderá a ver quem discorde da mesma, tem sido uma política contrária àquilo que deve ser seguido e deve ser promovido numa lógica de desenvolvimento da cidade. -----

Recordo-me de um debate autárquico no centro cultural, que foi promovido pela Rádio Voz, de ter questionado pessoalmente na altura, o senhor Presidente da Câmara enquanto candidato, se estavam previstos acontecimentos culturais para a cidade que trouxessem e dignificassem a cidade e trouxessem pessoas novas que passassem a conviver e passassem a tornar o Entroncamento como algum roteiro em função de algo.

Pessoalmente falei com o senhor Presidente na questão de Óbidos que sendo uma autarquia do PSD, é um exemplo a seguir e quem me dera a mim, que muitos autarcas do PS seguissem o exemplo daquilo que é seguido em Óbidos, obviamente que a realidade é outra, mas nós temos que saber aproveitar a realidade que temos, os fatores que temos, os conceitos que já estão criados e que se calhar não os sabemos aproveitar para daí colhermos todos os benefícios. -----

Acontecimentos culturais na cidade também não acontecessem, o centro cultural deixou de funcionar, o cinema está como está e alguma coisa que se realize é no pavilhão, deixa de ser no centro da cidade e portanto, o centro da cidade vai morrendo aos poucos, torna-se pouco atrativo, paga-se o IMI elevadíssimo, paga-se nas portagens para se chegar ao Entroncamento, paga-se para ter o carro à porta, paga-se praticamente para tudo e as pessoas começam a optar por situações aonde não se paga muito. -----

Isto é um desafio que é um desafio público/privado que a Câmara tem de perceber, não é um choque de interesses, é o viver em comunidade e saber viver da melhor forma sem que ninguém saia prejudicado desta situação. -----

Não ficaria bem com a minha consciência se hoje não viesse aqui e não ficasse registado em ata, que de facto eu entendo que o município da forma como está a atuar e as políticas que estão a adotar para a cidade e para o centro da cidade porque é agravado com algumas políticas específicas, está a matar a cidade. -----

Aquela questão que anteriormente aqui foi falada por um ilustre membro desta Assembleia, de algumas preocupações que algumas pessoas menos distintas ou de algumas etnias que possam vir viver para o Entroncamento, não temos que recear ninguém o centro da cidade está à espera dessas pessoas, qualquer dia não é necessário os bairros sociais, porque essas pessoas daqui a uns tempos vão poder alojar-se a preços bastantes simpáticos e compatíveis com os vencimentos que provavelmente possam auferir no centro da cidade. -----

É este lamento e esta mágoa que não podia deixar passar sem trazer aqui, que de facto se olhasse para o centro do Entroncamento, não são oito repuxos que custaram

catorze mil contos que vão dar vida ao centro da cidade, mas em tempo de crise temos que fazer opções, por exemplo, passou o Natal todos compreendemos que não se fizesse iluminações, acho que todos aceitaram, vivemos em crise e portanto tem que haver aqui alguma compreensão e de uma forma ou de outra todos tentaram resolver ao colocar luzes ou árvores de natal. -----

É muito pouco compreensível que uma autarquia não tivesse lembrado de assinalar o Natal por exemplo, com uma árvore de natal numa praça da cidade sem grandes custos, se calhar com quinhentos euros ou pedindo a todos os comerciantes da cidade, faria uma árvore de natal por exemplo aqui na praça do município ou na praça Salgueiro Maia, numa praça do centro da cidade, o tal centro para o qual já não se olha, o que é preciso é ideias, muitas das vezes não é a questão financeira. -----

Este espelho e estes exemplos que eu procurei trazer aqui, são significativos para mim enquanto cidadão e habitante do centro da cidade, são significativos como a autarquia olha para o centro da cidade e a continuar este caminho, a cidade vai perder o seu centro dentro de alguns anos.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ Obviamente que as suas palavras foram ouvidas e são respeitadas por todos os membros desta Assembleia e obviamente também pelo Executivo, estamos a viver um momento muito complicado não só no Entroncamento e penso que depois no último ponto da ordem dos trabalhos, o senhor Presidente da Câmara abordará algumas das matérias que foram alvo da sua intervenção.

Espero acima de tudo, que destas suas palavras, surja também o alerta para algumas pessoas, no sentido de juntar esforços para que dois mil e doze não seja tão difícil como muitos pensam que vai ser. “ -----

Passou-se de seguida à ordem dos trabalhos. -----

ORDEM DOS TRABALHOS -----

PONTO NÚMERO UM -----

ORÇAMENTO PARA 2012 E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2012-2015, BEM COMO OS MAPAS DE PESSOAL E OPÇÃO GESTIONÁRIA PARA 2012. -----

Interveio **Manuel Domingues**: “ Mais uma vez estamos a ser confrontados com um orçamento que não tem qualquer viabilidade de ser cumprido. -----

Nos últimos anos temos sistematicamente criticado o facto de os orçamentos serem feitos sem ter em conta os reais recursos da autarquia. -----

Se em anos anteriores se justificava alguma contenção na previsão de receitas e despesas, este ano muito mais se justifica. -----

A crise económica que atravessamos já teve início em 2008 e tem progressivamente vindo a agravar-se pelo que seria de esperar que a proposta de orçamento fosse mais realista. -----

Perante o valor das despesas de investimento que nos é apresentado, 18.955.531 euros, o qual sabemos que é irrealista, ficamos sem saber quais os investimentos prioritários. -----

Já por diversas vezes chamámos a atenção para o facto de algumas verbas não serem corretamente discriminadas e neste documento mais uma vez isso se verifica. Através do resumo da despesa por classificação económica ficamos a saber que está prevista uma verba de 5.111.284 euros para aquisição de serviços, mas mais de 50% desta verba, 2.654.895 euros aparece apenas com a indicação de “outros serviços”. -----

Não compreendemos como é possível que a autarquia numa situação de crise como a que estamos a viver preveja aumentar as despesas correntes em cerca de 19%, quando se pede a toda a população que poupe e até o governo procura a todo o custo reduzir a sua despesa corrente recorrendo para isso a cortes dos vencimentos dos seus funcionários.-----

Não compreendemos e não achamos correto que neste contexto de crise a autarquia pretenda aumentar a sua receita corrente em cerca de 30%. -----

Como é possível que a rubrica “ Outras receitas correntes” possa ter um aumento de 57.000 euros para 2.950.000 euros. De onde provem esta verba? -----

Na rubrica “ Venda de bens e serviços correntes “ prevê-se um aumento da receita de 2.383.786 euros, para 3.415.987 euros, ou seja, um aumento de 1.032.201 euros. -----

Esta rubrica refere-se a serviços prestados pela autarquia à população através do fornecimento de água e taxas de saneamento e resíduos pelo que ficamos a saber que estes serviços terão um aumento da ordem dos 43%. -----

Não nos parece correto que no momento em que a população é sujeita a aumentos generalizados dos impostos e a cortes nos seus vencimentos, a autarquia proceda a aumentos nas tarifas dos seus serviços, neste montante, tanto mais que, devido à redução dos vencimentos dos seus funcionários vai ter uma redução nos seus custos de funcionamento. -----

Pelo exposto não poderemos aprovar esta proposta de orçamento”. -----

Continuou **Luis Grácio**: “ Correndo o risco de repetição de argumentos já anteriormente apresentados na discussão deste assunto no executivo autárquico, não podemos deixar de fazer algumas referências ainda que de forma telegráfica nomeadamente: -----

Primeiro, diminuição das transferências do orçamento do estado, cujo valor é o mais baixo desde 2001, em contrapartida verifica-se um acréscimo de transferências de responsabilidades do poder central para os municípios, no nosso caso em particular do Ministério da Educação. -----

Agravamento dos custos e alguns serviços, uns derivando do aumento do IVA, por exemplo a eletricidade devido à substituição operativa, caso do tratamento de águas residuais, hoje da responsabilidade das Águas do Centro. -----

Relativamente à Casa da Juventude, que regularmente aparece e volta a desaparecer no orçamento e grandes opções, provavelmente que o senhor Presidente, cito, nunca percebeu bem o que é isso da Casa da Juventude, e esta citação é livre porque foram palavras ditas nesta casa, esta rubrica é mais uma vez considerada mas com uma dotação do faz de conta.-----

Apesar dos tempos difíceis porque passa a generalidade dos portugueses e que os nossos municípios não são exceção, o IMI e a Derrama voltam a ter um elevado nível de cobrança, pela nossa parte em tempo útil foram apresentadas alternativas. -----

Queremos deixar um apontamento positivo quanto ao investimento na renovação e apreensão do parque escolar, assim como quando cada vez mais tardia a recuperação do Cine-Teatro S. João, esperemos que seja desta vez. -----

Registamos igualmente a incentiva da oscultação dos restantes partidos da oposição, mesmo não tendo sido adotadas no essencial as propostas apresentadas, por uma vez foi aplicado o estatuto da oposição, ação positiva que deve ser continuada. -----

Não podemos deixar de discordar do que o executivo do PSD se prepara para fazer, a privatização de distribuição da água em baixa, sem qualquer justificação plausível e em incumprimento do capítulo três do POCAL princípios e regras, nomeadamente do subponto três, ponto um, “princípios orçamentais”, alínea f) que passo a citar:” *O orçamento discrimina suficientemente todas as despesas e receitas nele previstas*”, esta opção é uma opção questionável, injustificada e que inscrita em rubrica “diversos” se declara objetivamente querer passar despercebida, ou seja, à socapa. -----

Por todos estes aspetos o nosso voto só poderá ser contra.” -----

Prosseguiu **António Ferreira**: “ O orçamento e as grandes opções para 2012-2015, é um conjunto de opções que já vistas anteriormente e que se repetem e repetem-se para pior. -----

As transferências do estado central, como já aqui foi dito, para as autarquias são reduzidas de ano para ano e aquilo que se faz no Entroncamento é lançar mão do aumento das receitas onde se pode ir buscar dinheiro mais rapidamente e essas receitas têm a ver essencialmente com os impostos diretos e com tarifas e taxas, mesmo com o agravamento e com mais receitas que vão buscar nestas área, o que assistimos de ano para ano é o agravamento da dívida a fornecedores, ou seja, não está a resultar as medidas tomadas pela Câmara Municipal e com uma agravante, as imposições por parte do estado no sentido do endividamento de médio e longo prazo, levam ao endividamento a fornecedores e a terceiros. -----

Se houvesse dúvidas em relação a este caminho, os dados estão aí e as soluções não são estas, a estratégica que nós temos que implementar são estratégias que têm a ver com a criação de emprego e criação de riqueza no concelho. -----

As receitas que vêm no orçamento são as mesmas do anteriormente com algumas diferenças ligeiras, dos seis milhões de euros da venda do património, passamos para quatro milhões de euros. -----

Outra diferença que revela muito a situação que se vive no concelho, os impostos diretos não param de aumentar essencialmente à custa do aumento do IMI, ou seja, da subcarga das famílias e do direito à habitação, esses impostos diretos neste momento no Entroncamento já são superiores àquilo que é a transferência do estado central para as autarquias. -----

Nós não concordamos com aquilo que está a ser feito em termos de tarifas de água, por uma razão muito simples, as tarifas de água podem-se discutir se devem ser mais altas ou mais baixas. -----

Este aumento da água nós não o discutimos porque há um acordo com as Águas do Centro e nós em tempos fomos acusados de não querer esse acordo e esse acordo previa nesse mesmo ano começavam as obras de recuperação da ETAR e de outras infraestruturas no Entroncamento e passados todos estes anos ainda estão por introduzir essas obras e que são muito importantes para a qualidade de vida dos munícipes do Entroncamento, em termos de maus cheiros na zona sul e em termos de escoamento de água na zona norte.” -----

Rui Gonçalves referiu: “ Estranho que o ano passado tanto se falou em funções sociais, este ano ninguém falou disso, curiosamente o nosso orçamento 77,8% são funções sociais. -----

Outra crítica que nos era sempre feita, a água e a luz não virem dotadas pela sua totalidade no orçamento, este ano estão e ninguém viu. -----

O Cine-Teatro S. João, todos nós sabemos que neste momento não há candidaturas abertas para nos podermos candidatar, a Câmara teria que suportar neste momento por inteiro a sua construção, esperemos que abra alguma candidatura e termos definitivamente um espaço digno para a cultura no Entroncamento, embora, ao contrário do que foi aqui dito, e folgava ver essas pessoas presentes nesses espetáculos que têm sido realizados no pavilhão municipal. -----

Ninguém se lembra que Ferreira do Zêzere recebe mais dois milhões de euros do que nós em transferência do estado, nós somos o concelho que mais contribui para o estado e aquele que menos recebe. -----

Sobre o endividamento o estado anda um bocadinho a gozar connosco há muitos anos, porque nós estamos um pouco acima do limite de endividamento, neste momento já estaremos abaixo do limite de endividamento e porquê? Nós temos o empréstimo que foi feito em vinte de Julho de dois mil e nove, “financiamento para diversos investimentos” foram obras comparticipadas, na altura quando fomos à DGAL como deveria ser isentado este empréstimo de limite de endividamento, foi-nos dito que não poderia ser isentado porque não estava assinado o contrato de programa, curiosamente assinámos o contrato de programa e quando lá fomos, fomos honestos, a Câmara já tinha adiantado o dinheiro e finalizado as obras e foi-nos dito que não precisaram do dinheiro, agora não os podemos isentar do empréstimo. -----

Quanto aos investimentos prioritários, referido pelo PS, consulte as Grandes Opções do Plano é um documento pequenino em que vem lá quais são os investimentos prioritários.” -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO UM -----

O ponto número um “ Orçamento para 2012 e Grandes Opções do Plano para 2012-2015, Mapas de Pessoal e Opção Gestionária para 2012” foi aprovado por maioria com doze votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e dez votos contra, sendo cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos da Coligação Democrática Unitária. -----

Passou-se de seguida ao ponto número dois da ordem dos trabalhos. -----

PONTO NÚMERO DOIS -----

PROJETO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DAS ZONAS DE ESTACIONAMENTO DE SUPERFÍCIE DE DURAÇÃO LIMITADA TAXADA DO ENTRONCAMENTO – ZONA A -----

Pediu a palavra **Fátima Búzio**: “ Na nossa opinião foi positiva a participação dos moradores neste processo, dando ideias e sugestões. -----

A abertura do parque durante o período noturno e a possibilidade de se poder optar uma assinatura mensal são medidas que facilitam a vida de quem mora nesta cidade o que para nós é bastante positivo.” -----

Prosseguiu **Carlos Amaro**: “ Esta bancada é e sempre foi contra a taxação à superfície do estacionamento. -----

Aqui também temos que ser responsáveis, é inevitável face à conjuntura económica a que esta Câmara chegou, essa responsabilidade pesa-nos, as alterações são menos más e portanto esta bancada vai votar a favor deste ponto.” -----

Continuou **Mário Eugénio**: “ Quase tudo foi dito, lembrar apenas que nós votámos contra este regulamento em tempos porque fundamentalmente o considerávamos que o modelo não era suportado em estudos credíveis e que servia para viabilizar o estacionamento subterrâneo. -----

É no modelo que não resolviam os verdadeiros problemas de estacionamento e isso têm-se verificado ao longo dos tempos, é evidente e dir-se-á que os problemas de estacionamento foram resultantes de uma má gestão do espaço urbano, uma má gestão que foi herdada, é verdade e foi sendo agravada e estas coisas quando nascem tortas tarde ou nunca se endireitam. -----

O que houve agora, foi de facto uma tentativa de fazer algumas correções que são satisfatórias e que respondem a críticas que ouvimos aqui, outras serviram para resolver problemas pontuais, julgamos que muito há para fazer. -----

Este não será o regulamento em que nos revemos, no entanto vamos manifestar aqui a boa vontade e contribuímos para que ao longo do tempo esta situação vá sendo mudada e ver se, aquilo que nasceu torto algum dia se endireita.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número dois à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO DOIS -----

O ponto número dois “Projeto de Alteração ao Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento de Superfície de Duração Limitada Taxada do Entroncamento – Zona A” foi aprovado por unanimidade com vinte e dois votos, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda, dois votos da Coligação Democrática Unitária e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia. -----

PONTO NÚMERO TRÊS -----

ISENÇÃO DE TAXAS – LICENÇAS DE PUBLICIDADE E OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COM PUBLICIDADE -----

Pedi a palavra **António Ferreira**: “ Esta matéria não é assim muito consensual, nós anteriormente tínhamos votado contra o regulamento, não por isenção do pagamento de taxas aos comerciantes com sede no concelho, mas pela forma discriminatória como é feito, não abrangendo as empresas e os empresários com sede fora do Entroncamento. -----

Vou dar uma situação e que foi pedido por parte das pessoas que me contataram, são dois circos que estiveram aqui no Entroncamento, não tiveram direito à isenção de taxas publicitárias, tiveram que as pagar, um dos circos pagou e afixou a sua publicidade no Entroncamento, que atravessa muitas dificuldades, o outro circo não colocou publicidade no concelho e foi coloca-la nos concelhos vizinhos, por não tinha a verba suficiente para fazer esse pagamento, com uma agravante que a Câmara tem, que é exigir uma caução que depois é devolvida passados meses.” -----

Carla Roma referiu: “ Gostaríamos de deixar uma sugestão, uma vez que esta é uma medida positiva para os comerciantes mas não exclui obrigatoriamente outras medidas e a sugestão que gostávamos de deixar, era que a autarquia reunisse com os comerciantes para discutir as dificuldades que sentem certamente nesta fase. -----

Vamos votar favoravelmente este ponto.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção, passou-se à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO TRÊS -----

O ponto número três “Isenção de Taxas – Licenças de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Publicidade” foi aprovado por maioria com vinte votos a favor, sendo dez votos do Partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista, três votos do Bloco de Esquerda e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e dois votos contra da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO QUATRO -----

CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DOS BARES E RESTAURANTE NO LARGO JOSÉ DUARTE COELHO -----

Pediu a palavra **Mário Eugénio**: “Como é sabido nós não temos representação na Câmara e desconhecemos completamente este processo. -----

Também toda a gente aqui sabe, nós não gostamos de nos abster, gostamos de ter a opinião fundada sobre cada um dos assuntos que aqui discutimos e depois temos uma opinião favorável ou desfavorável. -----

Neste caso, como desconhecemos o processo, vamo-nos abster na votação.” -----

Prosseguiu **Luis Grácio**: “Relativamente a este ponto, de facto na nossa opinião este ponto é triste que apareça aqui porque o Entroncamento neste momento não tem nenhuma sala de espetáculos, ou seja, a área cultural no Entroncamento está morta, apesar de haver alguns espetáculos no pavilhão municipal, as condições são completamente diferentes de um espaço criado para o efeito e mesmo a habituação, as pessoas não têm essa habituação do ponto de vista do local, nem o identificam como um local onde habitualmente existem eventos culturais. -----

O Centro Cultural foi durante anos o único em paralelo com o Cine-Teatro quando ele era privado, onde se realizavam espetáculos no Entroncamento, agora que o Cine-Teatro é da autarquia, pena é que ele está nas condições em que está e portanto, era por si o espaço de excelência para fazer atividades culturais e isso de facto era importante que a cidade tivesse mais atividade cultural do que aquela que tem. -----

O Entroncamento não tem programa cultural, neste momento deixa de ter espaços culturais e portanto, a ocupação deste espaço cultural, que ainda com insuficiências era o único que existia, é uma questão que nos preocupa. -----

Para não criar obstáculos a que o processo se possa desenvolver, até porque já foram feitas obras e alterações significativas, nós vamo-nos abster neste ponto.” -----

Não havendo mais pedidos de intervenção a senhora **Presidente da Assembleia** colocou o ponto número quatro à votação. -----

VOTAÇÃO DO PONTO NÚMERO QUATRO -----

O ponto número quatro “Concessão de Exploração dos Bares e Restaurante no Largo José Duarte Coelho” foi aprovado por maioria com dezassete votos a favor, sendo dez votos do partido Social Democrata, cinco votos do Partido Socialista e dois votos dos Presidentes das Juntas de Freguesia e cinco abstenções, sendo três do Bloco de Esquerda e duas da Coligação Democrática Unitária. -----

PONTO NÚMERO CINCO -----

APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO -----

Interveio **António Ferreira**: “Há dois documentos que são importantes que anteriormente não existiam e que hoje são importantes nós dedicarmos algum tempo a ler e a analisar. -----

Um deles é a informação do ROC e outra é a ficha do município emitido pela DGAL, são informações sucintas com muita informação e com uma análise que pode ser comparada com outros municípios. -----

Queria chamar a atenção de algumas questões que aqui vêm, a relação entre os impostos municipais e as transferências do estado que neste momento são três milhões de euros, em termos de impostos municipais nós fazemos uma coleta de três milhões e setecentos mil euros, portanto as nossas receitas foram fundamentalmente dos municípios. -----

Na questão do limite ao endividamento é uma situação que vem aqui como excesso, mais do que o excesso que vem aqui no limite ao endividamento de médio e longo prazo, mais do que esse indicador, a mim preocupa-me mais a estrutura da dívida e sobretudo o aumento dos prazos de pagamento aos fornecedores que neste momento são 182 dias e o nosso município há uns anos atrás pagava a um mês e isso tem a ver com as imposições que o governo nos impõe e isso tem consequências enormes no tecido empresarial do município. -----

Outra questão que vejo aqui que se cumpriu, pelo menos pelos dados que estão aqui, depois divergem, há uma questão que me preocupa que é os dados da DGAL divergem um pouco dos dados que são fornecidos pela informação da Câmara Municipal, em termos de números, em termos de funcionários ao serviço, há umas ligeiras alterações, por exemplo em termos de redução de pessoal que é exigido pelo governo, aqui vem uma redução de 1,98% e depois nós vamos ver à informação da Câmara e não é isso que lá vem, com uma agravante, é que o número de pessoas ao serviço da autarquia passa dos trezentos e onze trabalhadores para mais quarenta e cinco que são os afetos às escolas, espero que o governo central cumpra com as obrigações nessa área. -----

Para acabar, a minha preocupação em relação à dívida que não para de aumentar, neste momento já ultrapassámos os dezasseis milhões de euros, que é uma dívida muito próxima das receitas totais que o município tem ao longo do ano. -----

Mesmo com as dificuldades que têm as Câmaras Municipais, do endividamento, de uma série de investimentos que fizeram, os investimentos que as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia fizeram, foram sempre investimentos que criaram muito emprego e muita riqueza para as populações locais e isso tem que ser frisado independentemente das dificuldades e das críticas que nós possamos ter por exemplo em relação ao nosso município.” -----

O senhor **Presidente da Câmara** referiu: “ Sobre as portagens, o Médio Tejo tomou uma posição por unanimidade para tentar que seja mais correto e mais justo os preços das portagens. -----

Estamos numa luta sem grandes hipóteses de a ganhar e portanto, vamos reivindicar aquilo que achamos que é acima de tudo justo que é o valor, foi-nos mentido pelo anterior Secretário de Estado o senhor Engenheiro Paulo Campos, que nos disse que era oitenta cêntimos da portagem da Videla e não é nada, é um euro e vinte cêntimos. -----

Falou-se aqui da água, dos resíduos sólidos e águas residuais, aonde nós podemos ajudar as pessoas é sensibilizar as pessoas, chamar a atenção das pessoas que têm que gastar muito menos água e poupá-la, porque cada vez que abre a torneira e isso eu irei fazer para casa das pessoas, não fujo às minhas responsabilidades, cada vez que abrem

uma torneira, estão a debitar para três coisas, para o lixo, para águas residuais e a água que se gasta efetivamente. -----

Sobre o realojamento de famílias, isto é cíclico, também já aconteceu em dois mil e oito mas muito mais grave, apresentei isso em tribunal e foram as pessoas condenadas, é mentira, hoje à tarde na presença da senhora Presidente da Assembleia, telefonei para a REFER Património, é claro que a Câmara não tem casas, ou tem casas a mais de habitação social, em Abrantes, li num jornal, que a REFER disponibilizou a casa de São Miguel de Rio Torto e Abrantes vai fazer um grande esforço e duplicar a habitação social que tem, tem vinte e duas casas e vai passar para quarenta e quatro casas, nós temos isso cinco vezes mais. -----

Quero dizer aqui que é mentira, falei com o senhor Engenheiro António Laranjo e disse-me que era falso, é impensável que REFER vá pôr no Bairro Camões ou na Vila Verde realojar famílias, ele não me disse isso, mas ele há-de pensar que aqueles palermas do Entroncamento estão com conversas destas sem justificação. -----

O senhor Doutor João Lérias falou sobre os acontecimentos culturais no Entroncamento, quero-lhe dizer que o Cine-Teatro S. João no vendaval que houve, deslocou o telhado e algumas estufas no Ribatejo, os senhores Ministros do PS na altura, agora são os do PSD e quando eles não fizerem também vou dizer o mesmo, foram a correr para as estufas mas não me deixaram tratar do telhado, não deixaram fazer a obra repartida, tratar do telhado e a seguir candidatar para fazer o resto das obras, não deixaram, neste momento aguardemos a reprogramação das verbas do QREN para ver se conseguimos por isso nalgum lado por não há um único sítio aonde se possa meter o Cine-Teatro. -----

Quando estamos a fazer bares e restaurantes, é para dinamizar o comércio e o centro da cidade. -----

Sobre os oito repuxos, quero dizer que é falso a informação que o senhor fez aqui, não custaram catorze mil contos, era completamente impensável, o senhor devia informar-se antes de dizer estas coisas, porque é feio dizer essas coisas. -----

A árvore de natal de menos de quinhentos euros, o senhor não tem noção nenhuma do que é quinhentos euros para fazer uma árvore de natal, se eu a fizesse no largo da Câmara, diziam que para os outros não há, mas para eles já há. -----

Em relação ao orçamento, os investimentos prioritários são de facto os que estão nas Grandes Opções, mas quero dizer, que os investimentos prioritários são os do QREN, além destas obras do QREN, só tem uma obra que é de facto a escola número quatro. -----

O aumento das despesas correntes, há transferências do pessoal da educação que aumenta substancialmente. -----

A privatização das águas em baixa, para já não é para privatizar é para concessionar, não é para entregar a ninguém e portanto aquela coisa de passar à socapa não é verdade. -----

O agravamento da dívida é o reflexo da lei das finanças locais, nós sabíamos que isto ia acontecer quando o senhor Ministro António Costa fez essa lei, íamos ficar desgraçados. -----

A venda de terrenos foi aqui falada que baixou de seis milhões para quatro milhões, é claro, voltámos a mandá-los avaliar, como baixou o mercado tivemos que baixar estes valores. -----

Falou-se do excessionamento dos empréstimos, toda a gente sabe, amanhã este governo fará o mesmo, mas o anterior governo penalizou quem cumpriu e beneficiou os faltosos. -----

Sobre a zona A, não concordo com o que disse o PS, que é inevitável que a Câmara precisa de criar receitas, não vai criar receitas nenhuma, vai criar despesas pagar ao concessionário. -----

Na isenção das taxas, já estamos os dois literalmente opostos, não tenho nenhuma dúvida de que os circos tenham dificuldades, dava-lhe um exemplo: Os direitos de autor isenta toda a gente que tenha dificuldades? É falso aquilo que o senhor disse, porque disse-o em público, eles são obrigados a uma caução e sabe para que serve a caução, eles deixavam tudo vandalizado quando se iam embora e então deixam uma caução de quinhentos euros e recebem no dia em que se vão embora, não é como o senhor diz, que recebem meses depois, não é verdade. -----

Sobre os espetáculos privados no Cine-Teatro S. João, não é nada verdade isso, quando o Cine-Teatro era privado, fazia-se lá um espetáculo por ano durante muitos anos, que foi o festival da canção organizado pelo CADE. -----

Queria deixar aqui algumas informações e uma delas prende-se com o Relatório da Inspeção, eu mandei logo para a senhora Presidente da Assembleia e levarei segunda-feira aos senhores vereadores na reunião de Câmara, estamos todos de parabéns, mas muito particularmente os nossos serviços, mas, ainda mais particularmente aos chefes de serviços, tenho que reconhecer que foi com agrado que recebi isto e não posso deixar de frisar os chefes. -----

Foi assinado e levarei à Câmara para retificar o protocolo com o IPT de Tomar para a criação do Centro de Estudos Politécnicos do Entroncamento, a escola é a do Jardim está em obras, é a única obra que não é comparticipada. -----

A escola Ruy de Andrade já teve aprovação, a nossa candidatura foi aprovada e já hoje fiz a consignação da obra com o empreiteiro e espero que dentro de três meses estejam as condições reunidas para começarmos uma escola nova e acho que os nossos alunos merecem. -----

A partir desse momento achamos que temos todo o nosso parque escolar novo. ---

Quero deixar aqui uma informação que levarei à Câmara e a senhora Presidente da Assembleia estava ao pé de mim, quando me telefonou o senhor Diretor Geral da DGIE do MAI pedindo uma reunião que depois falarei com os senhores vereadores que acompanharam o processo no passado, para vir ao Entroncamento por causa da Esquadra da Polícia, há condições neste momento que a todo o momento se possa lançar concurso de uma Esquadra para o Entroncamento, sendo o município do Entroncamento a fazer isso através do QREN, disponibilizaremos o terreno, a comparticipação vai a oitenta e cinco por cento, cinco por cento será suportado pelo MAI e os outros dez por cento é a valorização do terreno, estou a dizer isto com a autorização dele. -----

Para a semana que vem, quinta-feira senhores Vereadores às onze da manhã, agradeço que estejam comigo porque seremos visitados por técnicos. -----

Desejo a todos um ano com muita saúde, com os sacrifícios que são inerentes e agora convidava a todos a dirigirem-se a uma sala ao lado para comer um bolo-rei e um vinho do Porto, apesar do momento ser de contenção também temos que confraternizar.” -----

A senhora **Presidente da Assembleia** referiu: “ A todos Votos de Boas Festas, que 2012 nos ajude e que nós ajudemos 2012 e o País.” -----

Nada mais havendo a tratar, a senhora **Presidente da Assembleia**, deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e quarenta minutos. -----

A presente ata, depois de lida e visada pelo primeiro secretário, vai por ele ser assinada e pelos restantes membros da Mesa. -----

A Presidente da Assembleia:

O 1º Secretário:

A 2ª Secretária:

